



---

## Por políticas democráticas de comunicação no DF

Carta-compromisso aos/às candidatos/às nas eleições 2018

Enquanto o mundo discute legislações e regras para tecnologias de informação e comunicação de ponta – como normas de proteção de dados, regulação de plataformas digitais, combate à desinformação e limites ao uso da inteligência artificial –, no Brasil a agenda das políticas de comunicação (inclusas aí leis e normas) está muito atrasada. Se o quadro já é este no plano nacional, no âmbito distrital ele é ainda mais incipiente.

Governos estaduais e, no nosso caso, distrital, podem fazer muito para promover mais pluralidade e diversidade na mídia. Contudo, o que vemos na capital do país é um cenário de poucos meios (diretamente vinculados a redes nacionais como Globo, Record, SBT, Band, RedeTV e TV Brasil), de pouco jornalismo e conteúdo local, da ocupação do espectro por emissoras religiosas, da falência de veículos importantes (especialmente impressos) e uma forte dependência dos veículos da publicidade estatal, o que afeta sobremaneira sua independência editorial. Novas iniciativas na Internet, como é o caso do Portal Metrôpoles, têm vinculação direta com seus controladores, como neste caso o ex-senador Luiz Estevão, ensejando possíveis usos políticos desses veículos.

Neste quadro, as mídias públicas, que poderiam cumprir um papel de produzir programação voltada ao cidadão/ã do DF, são frágeis e estão sucateadas. Não temos uma TV Pública Distrital, e a TV Brasil, gerida pela EBC, não veicula conteúdo local do DF, à exceção de um noticiário de interprogramação, quase inexistente. Ao mesmo tempo, a Rádio Cultura sofre historicamente com seu sucateamento. Na Internet, sobra a Agência Brasília, mas esta é um órgão mais oficial do que de caráter efetivamente público. A TV da Câmara Legislativa foi desativada há mais de cinco anos e o sistema de comunicação da Câmara Legislativa foi desmontado. Há veículos nacionais (como TVs Câmara, Senado e Justiça ou rádios Nacional, Justiça e Verde Oliva) funcionando em Brasília, mas com pouca produção local.

Esse cenário de pouca diversidade é fortalecido pela ausência de políticas e de uma atuação no Estado no campo. Há várias gestões o tema vem sendo relegado, quando não ignorado. Na gestão Rollemberg, a Secretaria de Comunicação variou de estrutura e subordinação. Não houve iniciativas concretas no campo da comunicação nos últimos quatro anos. Na área de telecomunicações e Internet, ainda menos foi feito. Enquanto outros estados construíram iniciativas de implantação de redes próprias e acesso à web subsidiado, o DF, que seria palco pra projetos desse por suas dimensões reduzidas, não teve nenhum projeto de promoção da conectividade. Apesar dos altos índices de acesso se comparado ao restante do país, uma parcela importante da população de baixa renda segue excluída deste meio, seja totalmente por não ter como contratar o serviço seja



parcialmente por ficar refém de pacotes pré-pagos, que limitam significativamente a experiência na rede.

Em um momento em que as comunicações são vistas como uma área central para a democracia e o desenvolvimento social, também no DF precisamos de políticas que promovam a pluralidade e a diversidade neste campo. Por isso, as entidades integrantes do Comitê DF do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC-DF) apresentam a presente carta-compromisso como uma contribuição ao debate das eleições 2018. Convidamos os/as candidatos/as à Câmara Legislativa, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e ao GDF a se comprometerem, caso eleitos/as, a contribuir para concretizar as medidas abaixo.

### **1 – Fortalecimento da Secretaria de Estado de Comunicação do DF**

A Secretaria de Comunicação (Secom) vem sendo marcada nas últimas gestões pela instabilidade tanto de seus papéis quanto de sua estrutura institucional. No governo Rollemberg, ela variou, ficando em posição secundária, subordinada a órgãos como a Casa Civil e retornando à sua condição de secretaria de Estado apenas em abril de 2017. O/a governador/a do DF entre 2019-2022 precisa definir a comunicação como área estratégica, sendo assim fundamental o fortalecimento da Secretaria de Comunicação como órgão coordenador da política pública da área. Enquanto o Conselho Distrital de Comunicação não for criado, deve haver um espaço semelhante (com representação dos vários órgãos e de entidades da sociedade civil), coordenado pela Secom, que promova reuniões regulares e que seja espaço de assessoramento para a elaboração das políticas de comunicação por parte do GDF.

### **2 – Conselho de Comunicação do DF**

O Conselho Distrital de Comunicação está previsto na Lei Orgânica do DF. Em 2014, chegou a ser realizada uma consulta pública sobre uma proposta de sua instituição. Tal proposta precisa ser retomada para o envio à Câmara Legislativa e sua consequente aprovação pela Casa. Além de ser uma previsão da Lei Orgânica, o Conselho é um instrumento essencial à implantação das políticas de comunicação, como têm mostrado experiências em outros estados, como a Bahia. Assim como diversos setores possuem conselhos para ouvir a sociedade e construir diretrizes e políticas a partir deste diálogo, também no DF um órgão como este é necessário para que as medidas do poder público, em especial do Executivo, não sejam decisões exclusivas dos seus mandatários.

### **3 – Sistema Público de Comunicação do DF**

Para estimular a comunicação pública no Distrito Federal, é necessário o fortalecimento dos veículos que já existem, como a Rádio Cultura e a Agência Brasília, visando a criação, no futuro, da Empresa DF de Comunicação, com perspectiva da construção de uma TV Pública Distrital. Tais



veículos devem ser caracterizados por uma gestão democrática, com participação da sociedade, autonomia financeira e independência editorial. Uma oportunidade para a instalação da emissora local pública é a implantação do Canal da Cidadania, iniciativa do Executivo federal que permite a instalação de até quatro faixas de programação local em sinal digital aberto, sendo uma para o poder público distrital e três para a sociedade. Outra demanda é a reativação da TV da Câmara Legislativa do DF. O tema chegou a ser debatido na atual legislatura, mas nenhum projeto concreto de implantação da emissora avançou. A TV é um instrumento fundamental para dar visibilidade e transparência às ações da Casa legislativa da capital do país.

#### **4 – Fundo da Comunicação do DF e publicidade oficial**

A criação do Fundo Distrital para o Desenvolvimento da Comunicação Social é peça chave para o fortalecimento de um sistema público de comunicação no DF, apoiando e articulando as mídias comunitárias e financiando a formação de comunicadores populares em todas as regiões administrativas. Este fundo deve ser formado a partir de recursos próprios do GDF e deve contemplar a produção de conteúdo, respeitando a pluralidade e a diversidade cultural da população. O Fundo deve garantir a participação da sociedade civil na sua gestão, bem como zelar pela impessoalidade e publicidade dos seus processos. Ele pode ser alimentado com os 10% das verbas publicitárias para veículos alternativos, cuja reserva já foi aprovada pela Câmara Legislativa. Ainda sobre a publicidade oficial, é importante garantir a criação de campanhas institucionais e publicitárias de combate ao racismo, sexismo, machismo, homofobia e intolerância religiosa; assim como a veiculação de publicidades oficiais inclusivas, não apenas com a existência dos recursos de acessibilidade mínimos – audiodescrição, legenda, braille e intérpretes de libras –, mas com a presença de pessoas com deficiência em todas elas.

#### **5 – Educação para a mídia e para tecnologias digitais**

É fundamental articular a comunicação com o sistema público de educação, investindo no ensino de disciplinas como leitura crítica da mídia. Em um diálogo com os currículos transversais, a educomunicação deve buscar a formação de cidadãos críticos frente aos meios de comunicação e possibilitar uma ação autônoma na produção de conteúdos e gestão de meios comunitários. Essas ações de formação são cada vez mais importantes, tanto no caso dos meios tradicionais como no uso da Internet e das novas plataformas digitais. Num contexto também de crescente circulação de discursos de ódio na Internet, ações de formação devem também o uso novas de tecnologias e a navegação nos diversos espaços da Internet, de sites a plataformas digitais. A capacitação e a qualificação crítica são caminhos importantes para evitar abusos e divulgação de desinformação, a prática de assédio e discriminação e a polarização nos ambientes virtuais.

#### **6 – Comunicação para população negra e combate ao racismo**



É fundamental a elaboração e execução de ações de comunicação específicas para a população negra, com a criação de um programa no Distrito Federal que identifique, valorize e fortaleça iniciativas de exercício da liberdade de expressão já existentes; ofereça espaço e capacitação na área de produção e reflexão sobre atividades midiáticas e audiovisuais; e invista em campanhas de combate ao racismo, entre outros eixos de atuação.

## **7 – Universalização do acesso à Internet e programas de governo eletrônico**

O GDF deve fortalecer suas ações para a universalização da banda larga em todo o Distrito Federal, buscando parcerias com programas nacionais voltados a esse objetivo, na perspectiva de garantir o direito de todos e todas acessarem conteúdos digitais. Brasília tem condições adequadas, pela baixa extensão territorial, para construir iniciativas neste sentido. É ainda necessário investir em ferramentas digitais de órgãos públicos que fortaleçam transparência e possibilitem maior participação da população nas ações e políticas públicas, por meio do monitoramento das demandas dos cidadãos e cidadãs, e relatórios estruturados que auxiliem no processo de gestão pública. Entre mecanismos prioritários estão ouvidorias, áreas de dados abertos, espaços para resposta a requisições pela Lei de Acesso à Informação e canais de diálogo por meio de redes sociais.

## **8 – Condições de Trabalho de comunicadores(as)**

A qualidade da comunicação pública e estatal feita pelo Governo do Distrito Federal depende diretamente da estruturação de um corpo de servidores(as) e de carreiras na área. Atualmente, o quadro de pessoal da Secretaria de Comunicação e das assessorias de comunicação dos órgãos do GDF é baseado fundamentalmente em cargos comissionados. Isso cria uma relação de submissão e descontinuidade a cada troca de comando no Palácio do Buriti. Assim, é urgente a criação de carreiras para jornalistas e outras profissões de comunicação para atuar nas mídias e nas assessorias do GDF. Concomitantemente, deve ser realizado concurso para atender à demanda desses profissionais. Essa profissionalização deve vir acompanhada do respeito absoluto às legislações trabalhistas de cada categoria da área da comunicação. O GDF e suas estruturas de comunicação também devem respeitar o trabalho dos comunicadores, por meio de práticas não discriminatórias de disponibilização das informações e credenciamento para atividades do Governo e em casos de coberturas externas. Tão ou mais importante, o GDF deve adotar uma política que envolva orientações para as operações de Forças de Segurança quando houver cobertura de imprensa no sentido do respeito ao papel do profissional e iniciativas de capacitação dos agentes do Estado sobre a importância e a dinâmica de funcionamento da cobertura midiática.